



# Contabilidade Tributária

Edino Ribeiro Garcia

# CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E O FATURAMENTO

PREÇO DE VENDA

**EDINO RIBEIRO GARCIA**

Contador, bacharel em Direito, especialista em tributos diretos, contribuições para o PIS/Cofins e legislação societária, professor e palestrante. Coautor de livros das áreas contábil e tributária.

# CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E O FATURAMENTO

PREÇO DE VENDA

1ª edição

# APRESENTAÇÃO

As empresas, por força de normas legais, convivem diariamente com a tributação sobre as suas vendas ao emitir quaisquer documentos fiscais, sendo o mais comum notas fiscais de produtos ou mercadorias ou de serviços. Também ao final de cada período especificado pelo Fisco apura tributos sobre o lucro.

Neste sentido, é preciso conceituar o que vêm a ser faturamento e lucro para ter uma visão de qual tributo recai em cada um.

Faturamento economicamente é a soma de todas as faturas emitidas em um determinado período por uma pessoa jurídica ou entidade, em que as vendas podem ser à vista ou a prazo.

Lucro Líquido é o resultado entre as receitas e despesas geradas por uma pessoa jurídica ou entidade. Em grandes empresas, é aquele antes da distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.

O que difere faturamento e lucro líquido é o seu resultado final, em que o faturamento é a receita bruta total auferida pela pessoa jurídica ou entidade enquanto o lucro líquido é a diferença entre receita e despesa total gerada por uma entidade ou pessoa jurídica.

Nesse contexto é que é preciso separar os tributos que incidem diretamente sobre o lucro líquido e os que incidem sobre a receita bruta para que possam ser classificados contabilmente de maneira correta, inclusive aqueles que incidem sobre o faturamento que dão direito a crédito quando de sua aquisição.

Neste sentido, é que apresento essa obra, com o objetivo de transmitir ao leitor questões teóricas e práticas que envolvem a Contabilização dos Tributos sobre o Faturamento e sobre o Lucro, com viés fiscal, agregando, assim, uma ferramenta de pesquisa e conhecimento da matéria, inclusive para fins didáticos.

É também um livro relevante para o curso de graduação em Ciências Contábeis, exame de suficiência do CFC, profissionais da área contábil e fiscal, sendo recomendado para fins de pesquisa em demais cursos de reciclagem profissional e preparatórios para concursos.

O Autor

# SUMÁRIO

CAPÍTULO I - CONTÁBIL .....	27
1. Princípios Contábeis.....	27
1.1. Princípio da entidade .....	28
1.2. Princípio da continuidade .....	29
1.3. Princípio da oportunidade .....	29
1.4. Princípio do registro pelo valor original .....	30
1.4.1. Aspectos relacionados à atualização monetária..	31
1.5. Princípio da competência.....	32
1.6. Princípio da prudência .....	32
1.7. Inobservância dos princípios de contabilidade - Penalidades.....	32
2. Novos Critérios Contábeis .....	33
2.1. Objetivo.....	34
2.2. Metas .....	34
2.3. Políticas contábeis .....	35
2.3.1. Uniformidade de políticas contábeis .....	35
2.3.2. Mudança nas políticas contábeis .....	36
2.3.3. Aplicação de mudanças nas políticas contábeis .	36
2.3.4. Aplicação retrospectiva.....	37
2.3.5. Limitação à aplicação retrospectiva.....	37
2.3.6. Divulgação.....	37

---

2.4.	Mudanças nas estimativas contábeis .....	38
2.4.1.	Divulgação.....	39
2.5.	Retificação de erro.....	39
2.5.1.	Limitação à rerepresentação retrospectiva .....	40
2.5.2.	Divulgação de erro de período anterior.....	41
2.6.	Impraticabilidade da aplicação e da rerepresentação re- trospectivas.....	41
3.	Plano de Contas.....	42
3.1.	Como iniciar a elaboração do Plano de Contas.....	43
3.2.	A codificação .....	43
3.3.	Autorização para abertura de conta nova.....	45
3.4.	Manual de contas .....	45
3.5.	O atendimento aos demais usuários: publicação, Fisco, etc. ....	46
3.6.	Erros que precisam ser evitados .....	47
4.	Livros Contábeis.....	49
4.1.	Responsabilidade.....	50
4.2.	Forma de escrituração .....	51
4.3.	Diário.....	51
4.3.1.	Dispensa .....	52
4.3.2.	Substituição do Diário .....	52
4.4.	Razão .....	52
4.5.	Registro de duplicatas .....	53
4.6.	Livros auxiliares .....	53
4.7.	Demonstrações contábeis.....	53
4.7.1.	Transcrição no Diário .....	54
4.7.2.	Livro próprio para as demonstrações contábeis .	54
4.8.	Inventário .....	54
4.8.1.	Valores do Ativo .....	55



4.9.	Autenticação dos livros .....	55
4.9.1.	Dupla autenticação .....	56
4.9.2.	Dispensados de autenticação .....	56
4.10.	Medidas judiciais .....	56
4.11.	Conservação .....	57
5.	Demonstrações Contábeis .....	57
5.1.	Estrutura do balanço patrimonial .....	59
5.2.	Ativo .....	60
5.3.	Passivo .....	61
5.4.	Patrimônio Líquido .....	62
5.5.	Transcrição do balanço patrimonial no livro Diário .....	63
5.6.	Conteúdo e estrutura da DRE .....	63
5.6.1.	Apuração de resultados .....	64
5.6.1.1.	Receita, custo e despesa .....	65
5.6.2.	Transcrição da DRE no livro Diário e periodicidade de elaboração .....	65
5.6.3.	Exemplo de DRE .....	66
6.	Estoque .....	67
6.1.	Controle dos estoques .....	67
6.2.	Registros nos estoques .....	68
6.3.	Critérios de avaliação .....	69
6.4.	Avaliação dos estoques .....	72
6.5.	Avaliação do estoque fiscal .....	73
6.5.1.	Lucro Real .....	73
6.5.2.	Lucro presumido ou optante pelo Simples Nacional .....	74
6.5.3.	Mercadorias para revenda e matérias-primas industriais .....	74
6.6.	Cálculo do custo unitário para entrada no estoque .....	75
6.7.	Frete e seguro pagos a terceiros .....	77

6.8.	Custo de importação .....	77
6.9.	Critérios de avaliação de estoque segundo a legislação fiscal .....	78
6.9.1.	Custo médio .....	79
6.9.2.	Custo das aquisições mais recentes (Peps ou Fifo) .	80
6.9.3.	Análise comparativa .....	81
6.9.4.	Preço de venda, subtraída a margem de lucro ....	81
6.10.	Registro permanente de estoques .....	82
6.11.	Custo das mercadorias vendidas .....	84
6.12.	Produtos acabados e em elaboração .....	85
6.13.	Custo-padrão .....	87
6.14.	Avaliação dos estoques de produtos com base em contabilidade de custos .....	87
6.15.	Arbitramento do valor do estoque de produtos acabados e em fabricação .....	88
6.15.1.	Produtos acabados .....	89
6.15.2.	Produtos em elaboração .....	89
6.16.	Proibição de ajustes, reduções e provisões .....	90
6.17.	Avaliação de estoques pelo método de custo .....	91
6.17.1.	Análise e ponderações sobre o custo dos estoques	91
6.17.2.	Conceito de custo de aquisição .....	92
6.17.3.	Conceito de custo de transformação .....	92
6.17.3.1.	Análise e interpretação - O questionamento da depreciação como custo fixo ou variável .....	92
6.17.3.2.	Conceito de custo indireto .....	93
6.17.3.3.	Análise dos critérios de alocação de custos fixos indiretos .....	93
6.17.3.3.1.	Exemplos .....	93
6.17.4.	Forma de tratamento do custo indireto segundo o CPC .....	94
6.17.4.1.	Produção simultânea de mais um produto .....	95

6.17.5.	Demais custos.....	95
6.17.6.	Itens não Incluídos nos custos .....	96
6.17.7.	Componentes financeiros nas compras a prazo .	96
6.17.8.	Demais maneiras de avaliação e valoração dos custos de estoque.....	98
6.17.9.	Avaliação do estoque pelo valor de mercado.....	98
6.17.10.	Valor de mercado, valor realizável líquido e valor justo .....	99
6.17.11.	Aplicação do valor realizável líquido.....	100
6.17.11.1.	Redução dos estoques ao valor realizável líquido .....	101
6.17.11.1.1.	Estimativas do valor realizável líquido .....	101
6.17.11.1.2.	Provisões.....	102
6.17.11.1.3.	Materiais e outros bens de consumo .....	102
6.17.12.	Exemplo .....	102
6.17.13.	Repetição da avaliação nos períodos subsequentes .....	103
6.17.14.	Diferenças entre o estoque físico e o contábil ....	104
6.17.14.1.	Ajuste decorrente de erro na escrituração .....	104
6.17.14.2.	Ajuste decorrente de furto, roubo, desvio, etc.....	105
7.	Receita .....	106
7.1.	Conceito .....	107
7.2.	Aplicação .....	107
7.3.	Reconhecimento.....	107
7.3.1.	Exemplo .....	107
7.3.2.	Fidelização do cliente.....	108
7.3.3.	Ingressos originários.....	111
7.3.4.	Permuta .....	111

7.3.5.	Prova dos benefícios.....	111
7.3.6.	Despesas .....	112
7.3.7.	Venda de bens.....	112
7.3.8.	Transferência de riscos .....	112
7.3.9.	Prestação de serviço.....	113
7.3.10.	Juros .....	113
7.3.11.	Exemplos de reconhecimento da receita.....	114
7.4.	Reconhecimento e mensuração.....	117
7.5.	Mensuração .....	117
7.5.1.	Valor Justo .....	118
<b>CAPÍTULO 2 - TRIBUTÁRIO.....</b>		<b>121</b>
1.	Princípios Tributários.....	121
1.1.	Princípio da legalidade.....	122
1.2.	Princípio da anterioridade.....	122
1.2.1.	Princípio da anterioridade mínima (nonagesimal) .....	122
1.3.	Princípio da irretroatividade .....	123
1.4.	Princípio da igualdade ou isonomia tributária.....	124
1.5.	Princípio da vedação ao confisco .....	124
1.6.	Princípio da liberdade de tráfego .....	124
1.7.	Princípio da uniformidade geográfica .....	125
1.8.	Princípio da capacidade contributiva (artigo 145, § 1º, CF/1988) .....	125
1.9.	Princípio da transparência dos impostos ou da transparência fiscal (artigo 150, § 5º, CF/1988) .....	125
1.10.	Princípio da não cumulatividade.....	126
1.11.	Princípio da seletividade (artigo 153, § 3º, I, CF/1988) ..	126
1.12.	Princípio da não diferenciação tributária .....	126
1.13.	Princípio da imunidade.....	126

2.	Imunidade e Isenção.....	127
2.1.	Imunidade ou não incidência.....	127
2.2.	Imunidades e suas espécies.....	129
2.2.1.	Imunidade recíproca ou intergovernamental.....	129
2.2.2.	Imunidade para templos de qualquer culto.....	130
2.3.	Isenção.....	131
3.	Elisão Fiscal.....	135
3.1.	Norma “antielisão”.....	135
4.	Evasão.....	138
5.	Formas de Tributação.....	140
5.1.	Simples Nacional.....	140
5.2.	Lucro presumido.....	141
5.3.	Lucro real.....	144
5.4.	Lucro arbitrado.....	145
6.	Crédito Tributário.....	147
6.1.	Modalidades de lançamento.....	148
6.2.	Suspensão do crédito tributário.....	148
6.3.	Extinção do crédito tributário.....	149
6.4.	Exclusão do crédito tributário.....	150
6.5.	Garantias e privilégios do crédito tributário.....	150
7.	Prescrição e Decadência.....	151
7.1.	Lançamento com base em declaração do sujeito passivo.....	152
7.2.	Lançamento de ofício (direto).....	152
7.3.	Por homologação.....	152
7.4.	Extinção do crédito.....	153
7.5.	Solidariedade.....	154
7.6.	Decadência.....	154
7.7.	Prescrição.....	155
7.8.	Prescrição intercorrente.....	155
7.9.	O caso das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins.....	156



1.4.3.	Percentuais correspondentes .....	190
1.4.3.1.	IRPJ .....	190
1.4.3.2.	CSLL .....	192
1.4.3.3.	IRPJ - Pessoa jurídica exclusivamente prestadora de serviços .....	192
1.4.4.	Balanço de suspensão ou redução .....	194
1.4.4.1.	Períodos de referência .....	194
1.4.4.2.	Características e efeitos .....	195
1.4.4.3.	Estoques .....	195
1.4.4.4.	Transcrição no livro Diário .....	196
1.4.4.5.	Ajustes no resultado apurado contabilmente .....	196
1.4.4.6.	e-Lalur .....	197
1.4.4.7.	Compensação de prejuízos fiscais ....	197
1.4.4.8.	Cálculo do imposto devido no período em curso .....	198
1.4.4.9.	Aproveitamento de incentivos fiscais .....	199
1.4.4.10.	Imposto pago que se compara com o devido .....	200
1.4.4.11.	Cálculo da suspensão e redução do pagamento do Imposto de Renda .....	200
1.4.4.12.	Efeitos do balanço ou balancete .....	202
1.4.4.12.	Procedimento nos meses seguintes ..	202
1.4.4.13.	Desconsideração do balanço ou balancete por falta de escrituração do livro Diário e do e-Lalur .....	203
1.4.5.	Deduções do imposto mensal .....	203
1.5.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido .....	203
1.5.1.	Base de cálculo .....	203
1.5.1.1.	Atividades imobiliárias .....	204

---

1.5.2.	Alíquota .....	205
1.5.2.1.	Instituições financeiras e equiparadas .....	205
1.5.3.	Exemplo .....	205
1.5.4.	Deduções do valor da contribuição devida .....	206
1.5.5.	Empresa que reduzir ou suspender os pagamentos mensais do IRPJ com base em balanços ou balancetes .....	206
1.5.6.	Ajuste anual.....	207
1.6.	Provisão IRPJ/CSLL - Trimestral .....	207
1.6.1.	Exemplo .....	208
1.6.2.	Constituição da provisão .....	211
1.7.	Provisão IRPJ/CSLL - Anual .....	211
1.7.1.	Exemplo com base na receita bruta.....	211
1.7.1.1.	Contabilização da estimativa apurada no mês 1 .....	212
1.7.1.2.	Contabilização da estimativa apurada no mês 2 .....	213
1.7.1.3.	Contabilização da estimativa apurada no mês 3 .....	214
1.7.2.	Com base em balanço de suspensão ou redução	215
1.7.2.1.	Apuração do IRPJ .....	215
1.7.2.2.	Apuração da CSLL.....	218
1.8.	Variações cambiais.....	219
1.8.1.	Exemplo .....	221
1.8.1.1.	Do lucro real .....	223
1.8.1.2.	Lucro da exploração .....	224
1.8.1.3.	e-Lalur .....	224
1.8.1.4.	Alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias.....	226



2.	Lucro Presumido .....	226
2.1.	Atividade imobiliária .....	226
2.1.1.	Percentual aplicável sobre a receita financeira desde 1º.01.2006 .....	227
2.2.	Receita bruta.....	227
2.2.1.	Valores que não compõem a receita bruta .....	228
2.2.2.	Regime de competência ou caixa .....	229
2.3.	Manifestação da opção .....	229
2.4.	Percentuais de presunção .....	230
2.4.1.	Percentual de 16%.....	231
2.4.2.	Corretagem e representante comercial .....	232
2.4.3.	Outras atividades.....	232
2.5.	Operações de industrialização.....	233
2.6.	Serviços hospitalares .....	234
2.7.	Conceito de receita bruta .....	235
2.7.1.	Não integra a receita bruta .....	236
2.8.	Regime de caixa.....	236
2.9.	Agências de propaganda e publicidade .....	237
2.10.	Atividades imobiliárias .....	238
2.11.	Venda de veículos usados.....	239
2.12.	Demais receitas ou resultados e ganhos de capital.....	239
2.13.	Outros acréscimos obrigatórios.....	241
2.13.1.	Empresa tributada pelo lucro real no ano-calendário anterior.....	241
2.13.2.	Empresa que realizar operações externas (exportação ou mútuo) com pessoas vinculadas ou domiciliadas em países com tributação favorecida .....	241
2.14.	Empresas optantes pelo Refis .....	242
2.15.	Alíquota.....	243
2.16.	Deduções do IRPJ.....	243

---

2.17.	Compensações.....	244
2.18.	Incentivos fiscais .....	245
2.19.	Exemplo .....	245
2.20.	Distribuição de lucros .....	246
2.20.1.	Lucro superior ao presumido .....	247
2.21.	Escrituração.....	248
2.21.1.	Livro Caixa .....	248
2.22.	Saída do lucro presumido.....	251
2.22.1.	Obrigatória .....	252
2.22.2.	Sem escrituração contábil.....	252
2.23.	Prejuízo fiscal .....	253
2.24.	Contribuição Social sobre o Lucro .....	253
2.24.1.	Optantes pelo Refis.....	254
2.24.2.	Operações com o exterior.....	255
2.24.3.	Alíquota .....	256
2.24.4.	CSLL retidas na fonte .....	256
2.24.5.	Compensações.....	257
2.24.6.	Exemplo .....	258
2.25.	Exemplo apuração trimestral do lucro presumido.....	259
3.	Lucro Arbitrado .....	260
3.1.	Arbitramento .....	260
3.2.	Determinação do lucro arbitrado .....	262
3.2.1.	Receita bruta anual até R\$ 120.000,00.....	263
3.2.2.	Atividade imobiliária.....	264
3.3.	Base de cálculo .....	264
3.3.1.	Operações com o exterior.....	267
3.3.2.	Retenções na fonte.....	267
3.4.	Determinação do imposto devido .....	268
3.4.1.	Deduções e compensações do imposto devido...	268
3.5.	Incentivo fiscais.....	269

3.6.	Receitas e rendimentos não tributáveis .....	269
3.7.	Distribuição de lucros .....	269
3.7.1.	Valor apurado na escrituração .....	270
3.8.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) .....	271
3.8.1.	Alíquota .....	272
3.9.	Exemplo .....	272
3.10.	Arbitramento quando não conhecida a receita bruta .....	273
4.	Pronunciamento Técnico CPC nº 32 - Tributos Incidentes sobre o Lucro .....	274
4.1.	Base fiscal do Ativo .....	275
4.1.1.	Diferenças temporárias .....	276
4.2.	Base fiscal do Passivo .....	277
4.3.	Não Ativos e Não Passivos .....	277
4.4.	Reconhecimento de Ativos e Passivos fiscais .....	278
4.5.	Surgimento das diferenças temporárias .....	280
4.6.	Reduções subsequentes em Passivos fiscais diferidos .....	281
4.7.	Reconhecimento inicial de um Ativo ou Passivo .....	282
4.8.	Diferenças temporárias dedutíveis .....	284
4.8.1.	Diferença temporária entre o valor contábil do Passivo e sua base fiscal .....	284
4.8.2.	Exemplos de diferenças tributárias dedutíveis .....	285
4.8.3.	Consequências da reversão das diferenças temporárias dedutíveis .....	286
4.9.	Critérios para reconhecimento de Ativo fiscal diferido .....	287
4.9.1.	Reconhecimento inicial de Ativo diferido .....	287
4.10.	Prejuízos e créditos fiscais não utilizados .....	288
4.11.	Critérios para determinação da probabilidade de ocorrência de lucro tributável .....	288
4.12.	Diferenças temporárias em investimentos em controladas, filiais ou coligadas e interesses em empreendimento sob controle conjunto ( <i>joint ventures</i> ) .....	289

---

4.13.	Hipóteses de não reconhecimento de Passivo fiscal diferido .....	290
4.13.1.	Procedimentos no investidor, relativamente ao Passivo fiscal diferido da investida .....	291
4.14.	Mensuração de Ativos e Passivos fiscais.....	291
4.14.1.	Diferentes alíquotas de tributos e diferentes níveis de lucro tributável .....	292
4.14.2.	Exemplo de mensuração de Passivo fiscal diferido .....	293
4.15.	Reconhecimento de tributo diferido e corrente .....	294
4.15.1.	Passivos fiscais diferidos e dos Ativos fiscais diferidos - Origem .....	294
4.15.2.	Alteração do valor contábil de Ativos e Passivos fiscais diferidos .....	295
4.16.	Transferência de reserva de reavaliação.....	295
4.17.	Divulgação dos componentes de despesa e de receita tributária .....	296
4.17.1.	Divulgação do Ativo fiscal diferido e da natureza da evidência .....	297
4.18.	Entidade que opera em diversas jurisdições.....	298
5.	CSLL - Bônus de Adimplência Fiscal .....	299
5.1.	Forma de cálculo .....	299
5.2.	Utilização do bônus.....	300
5.3.	Pessoas jurídicas impedidas .....	300
5.4.	Multas.....	300
5.5.	Contabilização .....	301
6.	Lucro da Exploração.....	302
6.1.	Pessoa jurídica beneficiária .....	302
6.2.	Ajuste ao lucro da exploração .....	304
6.3.	Direito à redução do imposto .....	306
6.4.	Atividades diversificadas e pluralidade de estabelecimentos.....	307

6.5.	Base de cálculo do imposto mensal.....	309
6.6.	Distribuição do valor do imposto.....	309
6.7.	Lançamento de ofício - Ajustes do lucro da exploração...	310
6.8.	Penalidades.....	310
6.9.	Exemplo .....	310
6.9.1.	Dados.....	310
6.9.2.	Distribuição do resultado por atividades.....	311
6.3.	Cálculo e distribuição do IRPJ .....	311
6.4.	Contabilização.....	312
<b>CAPÍTULO 4 - TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO.....</b>		<b>313</b>
1.	Impostos Incidentes sobre Vendas.....	313
1.1	ICMS.....	314
1.2	IPI.....	322
1.2.1.	Responsáveis.....	324
1.2.2.	Alíquota.....	325
1.3.	ISSQN.....	325
1.4.	PIS e Cofins .....	326
1.4.1.	Regime Cumulativo.....	326
1.4.1.1.	Contribuintes .....	327
1.4.1.2.	Base de cálculo.....	327
1.4.1.6.	Alíquotas.....	329
1.4.2	Regime Não Cumulativo .....	329
1.4.2.1	Contribuintes .....	329
1.4.2.2.	Não contribuintes.....	329
1.4.2.3.	Receitas sujeitas ao Regime Cumulativo .....	330
1.4.2.4.	Alíquota .....	332
1.4.2.5.	Base de cálculo.....	332
1.4.2.6.	Não integram a base de cálculo .....	333

---

1.4.2.8.	Dos créditos.....	334
1.4.2.9.	Outras disposições.....	339
2.	Venda de Mercadorias.....	339
2.1.	Venda de mercadoria à vista .....	339
2.2.	Venda de mercadoria a prazo .....	341
2.3.	Venda de mercadoria em consignação.....	341
2.4.	Venda para entrega futura .....	345
3.	Compras de Mercadorias .....	346
3.1.	Custo .....	347
3.2.	Contabilização da compra de mercadorias.....	347
3.2.1.	Compra à vista.....	347
3.2.2.	Compra a prazo .....	348
3.2.3.	Compras com IPI.....	348
3.3.	Devolução de compras .....	349
4.	Vendas de Produtos .....	350
4.1.	Demonstração do resultado da venda .....	351
4.2.	Venda com entrega futura .....	352
4.3.	Devolução de vendas.....	354
5.	Prestação de Serviços.....	355
5.1.	Fato gerador .....	356
5.2.	Exclusão da incidência do ICMS.....	356
5.3.	Serviços públicos.....	357
5.4.	Não incidência.....	357
5.5.	Local da prestação dos serviços.....	357
5.5.1.	ISSQN devido no local da prestação.....	358
5.5.2.	Outros locais.....	359
5.5.3.	Conceito de estabelecimento.....	360
5.6.	Contribuinte.....	360
5.7.	Substituição tributária.....	360
5.7.1.	Responsáveis.....	361

5.8.	Base de cálculo .....	361
5.8.1.	Exclusão .....	361
5.9.	Alíquota.....	361
5.10.	Exemplo .....	361
6.	Importação de Mercadorias .....	363
7.	Cide-Combustíveis .....	367
7.1.	Contribuintes .....	367
7.1.1.	Contribuinte solidário .....	368
7.1.2.	Conceito de formulador .....	368
7.2.	Não incidência.....	368
7.3.	Isenção.....	369
7.4.	Fato gerador .....	370
7.5.	Base de cálculo .....	371
7.6.	Alíquotas .....	374
7.6.1.	Alíquota zero - Querosene, óleos, gás e álcool ...	375
7.6.2.	Alíquota zero - Hidrocarbonetos líquidos .....	375
7.7.	Deduções .....	377
7.7.1.	Da Cide.....	377
7.7.2.	PIS/Cofins.....	378
7.8.	Compensações.....	378
7.8.1.	Condições para compensação .....	379
7.9.	Declaração de Importação (DI) .....	379
7.10.	Pagamento .....	380
7.10.1.	Código de receita.....	380
7.11.	Processo administrativo .....	380
7.12.	Penalidades.....	380
8.	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) .....	381
8.1.	Conceito de empresa .....	381
8.2.	Cooperativa .....	382
8.3.	Receita bruta.....	382

---

8.4.	Opção pela CPRB .....	382
8.5.	Apuração .....	383
8.6.	Base de cálculo .....	383
8.7.	Alíquotas .....	384
8.8.	Não estão sujeitas à CPRB.....	387
8.9.	Outras atividades.....	388
8.10.	Retenção na fonte.....	389
8.11.	Décimo terceiro salário.....	390
8.12.	CPRB vinculada ao CNAE.....	391
8.12.	Simplex Nacional.....	392
8.13.	Consórcio de empresas.....	392
8.14.	Exemplo .....	393
<b>CAPÍTULO 5 - PREÇO DE VENDA E O TRIBUTO .....</b>		<b>395</b>
1.	Preço de Venda .....	395
1.1.	Bases da formação dos preços de venda .....	396
1.1.1.	Dados básicos internos.....	396
2.	Aspectos Tributários .....	397
2.1.	Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) .....	397
2.2.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	398
2.3.	PIS e Cofins .....	398
2.4.	ICMS e IPI .....	398
3.	Caso Prático.....	399
4.	Prestação de Serviços.....	401
4.1.	Contratação de um serviço.....	402
4.2.	Método de acompanhamento .....	402
4.3.	Outros gastos operacionais.....	403
4.4.	Gastos tributários .....	403
4.5.	Lucro pretendido.....	403



---

5.	Pequenas Empresas .....	404
5.1.	Princípios .....	404
5.1.1.	Realinhamentos de preços.....	404
5.1.2.	Ganhos de eficiência.....	404
5.1.3.	Monitoramento contínuo dos preços .....	405
5.2.	Alternativas .....	405
5.2.1.	Racionalização das linhas de produtos.....	405
5.2.2.	Racionalização do sistema e da rede de distribuição e vendas .....	405
5.2.3.	Campanhas de <i>marketing</i> .....	406
5.2.4.	Redução de custos .....	406
6.	Tributos Não Recuperáveis.....	406
6.1.	IPI.....	406
6.2.	Outros tributos.....	406
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>407</b>



## Capítulo 1

# CONTÁBIL

## 1. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Para o correto exercício da contabilidade, é preciso que os seus princípios sejam obrigatoriamente observados, além do que constituem condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

O que antigamente chamávamos de “princípios fundamentais de contabilidade”, hoje, no bojo das alterações e dos ajustes promovidos a partir da edição da Lei nº 11.638/2007, passou a denominar-se, simplesmente, “princípios de contabilidade”.

Os referidos princípios foram oficializados pela Resolução CFC nº 750/1993. Recentemente, com a edição da Resolução CFC nº 1.282/2010, foram promovidas algumas modificações nesses princípios.

A primeira modificação diz respeito à mudança na sua denominação. Agora, oficialmente, devemos nos referir a eles como “princípios de contabilidade”, e não mais como “Princípios Fundamentais de Contabilidade” (PFC), sob a justificativa de ser suficiente para o perfeito entendimento dos usuários das demonstrações contábeis e dos profissionais da Contabilidade.

Também ocorreu a “incorporação”, pelo princípio do registro pelo valor original, do princípio da atualização monetária. Por conseguinte, foi revogada a Resolução nº 900/2001, que tratava especificamente do princípio da atualização monetária.

Outra revogação importante foi a da Resolução CFC nº 774/1994, que aprovava o apêndice à resolução sobre os princípios fundamentais de contabilidade.

### **1.1. Princípio da entidade**

O princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

Dessa maneira, segundo o princípio da entidade, o patrimônio deve se revestir do atributo de autonomia em relação a todos os outros patrimônios existentes, pois pertence a uma entidade, entendida como um sujeito suscetível à aquisição de direitos e obrigações.

Como se observa, o cerne do princípio da entidade está na autonomia do patrimônio a ela pertencente.

## 1.2. Princípio da continuidade

Com a redação dada pela Resolução CFC nº 1.282/2010, de acordo com o princípio da continuidade, pressupõe-se que a entidade continuará em operação no futuro e que, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

## 1.3. Princípio da oportunidade

O princípio da oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso, é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

O princípio da oportunidade abarca 2 aspectos distintos, mas complementares: a integridade e a tempestividade. Portanto, muitos autores preferem denominá-lo de “princípio da universalidade”.

Em linhas gerais, a integridade diz respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, isto é, sem qualquer falta ou excesso.

Refere-se, pois, à completeza da apreensão, que não admite a exclusão de quaisquer variações monetariamente quantificáveis.

Como as variações incluem elementos quantitativos e qualitativos, bem como os aspectos físicos pertinentes, e levando-se em conta, ainda, que a avaliação é regida por princípios próprios, a integridade diz respeito, fundamentalmente, às variações em si.

Isso, todavia, não elimina a necessidade do reconhecimento das variações nos casos em que não há certeza definitiva da sua ocorrência, mas somente alto grau de possibilidade.

Já a tempestividade obriga a que as variações sejam registradas no momento em que ocorrerem, mesmo na hipótese de alguma incerteza.

Caso não seja seguido esse preceito, ficarão:

- a) incompletos os registros sobre o patrimônio;
- b) insuficientes quaisquer demonstrações ou relatos; e
- c) falseados as conclusões, diagnósticos e prognósticos.

#### 1.4. Princípio do registro pelo valor original

Esse princípio sofreu alterações. A Resolução CFC nº 1.282/2010 incorporou a ele o princípio da atualização monetária.

Segundo a nova redação dada ao artigo 7º da Resolução CFC nº 750/1993, de acordo com o princípio do registro pelo valor original, os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

Nota-se que o referido princípio passou a contemplar as seguintes bases de mensuração:

- a) custo histórico: os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e
- b) variação do custo histórico: uma vez integrados ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:
  - b.1) custo corrente: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalente de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

- b.2) valor realizável: os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da entidade;
- b.3) valor presente: os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da entidade;
- b.4) valor justo: é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e
- b.5) atualização monetária: os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

#### 1.4.1. Aspectos relacionados à atualização monetária

São resultantes da adoção da atualização monetária:

- a) a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;
- b) para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e